



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Gabinete do Ministro dos Assuntos Parlamentares

Ofº nº 2635/MAP – 18 Março 2011

Exma. Senhora
Secretária-Geral da
Assembleia da República
Conselheira Adelina Sá Carvalho

S/referência	S/comunicação de	N/referência	Data
--------------	------------------	--------------	------

ASSUNTO: RESPOSTA À PERGUNTA N.º 2679/XI/2ª

Encarrega-me o Ministro dos Assuntos Parlamentares de enviar cópia do ofício n.º 1492 de 18 de Março do Gabinete do Senhor Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, sobre o assunto supra mencionado.

Com os melhores cumprimentos,

O Chefe do Gabinete

Luís Guimarães de Carvalho

MO



GABINETE DO MINISTRO DOS
ASSUNTOS PARLAMENTARES
ENTRADA N.º: 2354
DATA: 18-03-2011

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Gabinete do Ministro

18.MAR.2011-001492

Exmo. Senhor
Dr. Luís Guimarães de Carvalho
Chefe do Gabinete de Sua Excelência o
Ministro dos Assuntos Parlamentares

C/CONHECIMENTO

Exmº Senhor
Chefe do Gabinete de Sua Excelência o
Secretário de Estado dos Transportes

**ASSUNTO: Pergunta n.º 2679/XI/2.ª do Senhor Deputado Júlio Miranda Calha (PS)
- Ramal de Cáceres.**

Encarrega-me Sua Excelência o Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, depois de consultado o Gabinete de Sua Excelência o Secretário de Estado dos Transportes, de informar o seguinte:

A CP, EPE, vinha a acompanhar de forma sistemática e com preocupação, desde 2005, os valores da procura de passageiros no Ramal de Cáceres.

Foram realizados vários estudos com o objectivo de alterar os horários da oferta, na tentativa de a ajustar às necessidades de um maior número de habitantes de toda a região servida, não tendo, as sucessivas alterações de melhoria obtido qualquer resultado de inversão de procura residual.

No último ano foi estabelecida uma parceria com um promotor de actividades de turismo cultural e de aventura, sedado na região, tendo sido feita a oferta de pacotes com viagem e actividades incluídas e ainda feitas tentativas para se organizarem ofertas especiais de transporte, coincidentes com a realização dos eventos mais significativos na zona de Castelo de Vide e de Marvão, tendo todas as tentativas conduzido a resultados desanimadores.

Os valores apurados durante o ano de 2010 indicam-nos que ao longo de todo ano viajaram no Ramal cerca de 4.300 passageiros, o que conduziu a uma média inferior a 5 passageiros por comboio, com um custo de cerca de 120€ por passageiro quando a receita média por passageiro é



MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Gabinete do Ministro

da ordem dos 6€. A taxa de ocupação das automotoras não ultrapassou 4,8% e a taxa de cobertura dos custos pelos proveitos ficou-se pelos 5%.

Se, por si só, os resultados evidenciados justificariam a imediata supressão do serviços, a difícil situação económica e financeira do nosso país obriga a uma forte contenção de despesa, tornando-se de todo impossível continuar a exploração dos serviços ferroviários cuja taxa de cobertura de custos é muito baixa e onde o número de passageiros transportados, por comboio, é muito mais compatível com a oferta feita pelos meios rodoviários de transporte público do que pelo comboio que é, por definição, um meio de transporte pesado.

Sob o ponto de vista da mobilidade a região não ficou isolada com a supressão do serviço. A rede de transporte público colectivo rodoviário existente serve todas as localidades do ramal de Cáceres, oferecendo serviços sobre estações da linha do Leste, Castelo de Vide e Portalegre, e destas duas localidades, a rede de expressos serve a cidade de Lisboa.

Sob o ponto de vista ambiental também não existia qualquer justificação para a realização do serviço. A movimentação de uma automotora diesel para transporte de apenas 4 passageiros em média é contrária a qualquer boa prática ambiental.

Como referido já, a actual situação económica e financeira do país obriga a uma forte contenção da despesa e a questionar a realização de serviços deficitários. No presente caso, a menos de razões históricas, nada justifica a permanência do serviço ferroviário de passageiros entre Torre das Vargens e Marvão.

Em concreto, sobre as questões colocadas:

1. A CP, EPE, não tem previsto o restabelecimento do serviço ferroviário de passageiros no ramal de Cáceres. Esta posição é motivada pela inexistência de qualquer perspectiva de alteração das condições que ditaram a suspensão do referido serviço ferroviário. No entanto, caso estas alterações venham a ocorrer essa posição será reavaliada pela CP, EPE.
2. Antes da tomada de decisão sobre a supressão do serviço que a CP, EPE, avaliou os seus impactos, e sob o ponto de vista da mobilidade, a região não ficou isolada. A rede de transporte público colectivo rodoviário existente serve todas as localidades do ramal de Cáceres, oferecendo serviços sobre estações da linha do Leste, Castelo de Vide e Portalegre,



MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Gabinete do Ministro

e destas duas localidades, a rede de expressos serve a cidade de Lisboa. Tendo-se por isso concluído que o serviço ferroviário se tratava de um serviço de transporte suplementar, não essencial à mobilidade, e como tal sem necessidade de criar serviços alternativos.

3. A CP, EPE, não tem conhecimento que, a curto prazo, esteja previsto qualquer investimento nessa via de comunicação para o transporte de mercadorias. Tratando-se nesse caso de um tráfego de passagem de e para Espanha, tal investimento deverá ser avaliado à escala Nacional e não local, concorrendo para o efeito, a Linha do Leste, Linha da Beira Alta, e futura ligação Poceirão a Caia.

Com os melhores cumprimentos, *também pessoais.*

A CHEFE DO GABINETE



Ana Sofia Silveira